

O NAZI-FASCISMO E A PERPETRAÇÃO DO MAL COMO POLÍTICA DE ESTADO

THE NAZI-FASCISM AND THE PERPETRATION OF THE DEVIL AS STATE POLITICS

ROBERTO BUENO

Pós-Doutor em Direito pela Univ. Federal Fluminense e UNIVEM. Doutor em Direito pela UFPR. Mestre em Filosofia pela Univ. Federal do Ceará. Mestre em Direito pela UNIVEM. Especialista em Direito pelo Centro de *Estudios Constitucionales de Madrid*. Professor Associado III da Faculdade de Direito da Univ. Federal de Uberlândia (UFU) e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Univ. Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: <rbueno_@hotmail.com>.

RESUMO

Objetivos: Analisar os traços da política nazi-fascista que marcou a perpetração do Holocausto, expor engrenagens que serviram como alavanca de acionamento para a realização da barbárie nacional-socialista que consumiu milhões de vidas e afetou diretamente toda uma geração legando nefastos efeitos para as vindouras.

Metodologia: Este artigo realiza análise bibliográfica histórico-comparada, propondo a crítica de referenciais teóricos e marcos históricos do recorte cronológico considerado. É realizada análise de revisão bibliográfica da história do Holocausto, de testemunhos de contemporâneos e de sobreviventes, assim como da filosofia política elaborada a partir do tema que permite desobstruir o horizonte da barbárie instrumentalizando vias para a construção de diques de contenção para o mal.

Resultados: Partindo das elaborações teóricas sobre o objeto deste texto através da análise bibliográfica histórico-comparada sobre o nazi-fascismo, os resultados obtidos corroboram a importância da retomada crítico-analítica da memória do mal perpetrado, cujas condições de concretização histórica demonstraram capacidade de potente instrumentalização das massas e das estruturas do Estado. Sob a perspectiva de evitar a reiteração do mal radical os resultados deste texto apontaram para a imperativa necessidade de antepor-se à organização nazi-fascista que reiteradamente busca sob associação ao capital ocupar espaços de poder e a estrutura burocrática do Estado para perpetrar o mal em escala industrial, cuja concretização encontra sua

Revista Jurídica Unicuritiba.



estação final na crua barbárie. Os resultados obtidos neste trabalho apontam para a imperativa tarefa de estabelecer muros de contenção às forças predispostas a transcender as fronteiras da legalidade para subverter a ordem democrático-constitucional, tal como ocorreu na República de Weimar, corroendo-a por dentro. Os resultados deste texto evidenciam que o avanço histórico do nazi-fascismo é derivação da indiferença teórica conjugada com a inércia empírica quanto ao reconhecimento da centralidade da elaboração consistente de discurso e prática da defesa da legalidade constitucional em sua qualidade de instrumento eficaz para a contenção do mal em sua versão radical.

Contribuições: Ao colaborar para a rememoração da intensidade do mal típico das práticas nazi-fascistas, visitar o período e a experiência de irrisignação com o extermínio, realizamos duplo movimento de disseminar a percepção das raízes da produção do mal de forma organizada, sistemática e em escala industrial assim como para a irrisignação ante tal realidade. O texto contribui para ampliar o raio de compreensão de que o mal em sua versão radical sucede cronologicamente à expansão do ódio e do enraizamento do inimigo como o *outro* na esfera política, suplantando a concepção adversarial típica dos cenários políticos democráticos. O texto ressignifica a interpretação de seu objeto e substancializa o ânimo para a resistência ao mal radical, tarefa de enfrentamento histórico intransferível de cada geração. Através deste movimento o texto serve, mesmo que modestamente, como apoio teórico à tarefa de construção prática de diques de contenção para evitar a reprodução histórica do nazi-fascismo através da proposta de firme e intransigente defesa da legalidade constitucional.

Palavras-Chave: Nacional-socialismo; Holocausto; Barbárie; Fascismo; Judaísmo.

ABSTRACT

Objective: *Analyze the traces of the Nazi-fascist policy that marked the perpetration of the Holocaust, expose the gears that served as a driving lever for carrying out the National Socialist barbarism that consumed millions of lives and directly affected an entire generation, leaving harmful effects for future ones.*

Methodology: *This article carries out a historical-comparative bibliographical analysis, proposing a critique of theoretical references and historical landmarks of the chronological section considered. A bibliographical review of the history of the Holocaust, testimonies of contemporaries and survivors is carried out, as well as the political philosophy elaborated on the theme that allows the horizon of barbarity to be unblocked by providing means for the construction of containment dikes for evil.*

Results: *Starting from the theoretical elaborations on the object of this text through the historical-comparative bibliographical analysis on Nazi-fascism, the results obtained corroborate the importance of the critical-analytical resumption of the memory of the evil perpetrated, whose conditions of historical concretization demonstrated the capacity for powerful instrumentalization of masses and state structures. From the*



perspective of avoiding the reiteration of radical evil, the results of this text point to the imperative need to oppose the Nazi-fascist organization that repeatedly seeks, in association with capital, to occupy spaces of power and the bureaucratic structure of the State to perpetrate evil in industrial scale, whose realization finds its final station in raw barbarism. The results obtained in this work point to the imperative task of establishing walls of containment against forces predisposed to transcend the boundaries of legality to subvert the democratic-constitutional order, as occurred in the Weimar Republic, corroding it from within. The results of this text show that the historical advance of Nazi-fascism is a derivation of theoretical indifference combined with empirical inertia regarding the recognition of the centrality of the consistent elaboration of discourse and practice in defense of constitutional legality in its capacity as an effective instrument for containing the evil in its radical version.

Contribution: *By collaborating to remember the intensity of the evil typical of Nazi-fascist practices, revisiting the period and the experience of irresignation with extermination, we carry out a double movement of disseminating the perception of the roots of the production of evil in an organized, systematic way and on an industrial scale as well as irresignation in the face of this reality. The text contributes to expanding the range of understanding that evil in its radical version chronologically follows the expansion of hatred and the rooting of the enemy as the other in the political sphere, supplanting the adversarial conception typical of democratic political scenarios. The text gives new meaning to the interpretation of its object and substantiates the spirit for resistance to radical evil, a task of historical confrontation that is not transferable to each generation. Through this movement, the text serves, even if modestly, as theoretical support for the task of practical construction of containment dikes to avoid the historical reproduction of Nazi-fascism through the proposal of firm and uncompromising defense of constitutional legality.*

Keywords: *National Socialism; Holocaust; Barbarism; Fascism; Judaism.*

1 INTRODUÇÃO

O mal corre na história humana assim como os homens, permanentemente, e de maneira inextricável, com substância e intensidade variáveis. O ápice histórico do mal no mundo pode ser conhecido em tempos recentes, condensado em período relativamente curto, mas tão intenso que seria eterno para os contemporâneos. Desde então a repercussão da inaudita escala de prática do mal elevado à categoria de barbárie repercutiu no desenvolvimento da história humana e da perspectiva filosófico-política que a orientou.



Este artigo não tem a pretensão de originalidade ao propor a reflexão sobre o nacional-socialismo, mas ao retornar ao ponto de arranque do mal na modernidade, período que encarnou densidade e intensidade inaudita do mal, tem por propósito vivificar a memória e aguçar a capacidade de análise das estratégias do fascismo e de suas reais e radicais consequências para a vida humana e os padrões civilizatórios que foram alcançados através de acúmulos de esforços e empenhos políticos no curso de séculos.

Não faltaram interpretações cuja análise histórica concluiu pelo desfecho de época terrível com a derrota do nazi-fascismo, apontando para horizonte de superação da ideologia de construção das condições ideais para a destruição e a guerra assim como da organização da morte em massa. Esta posição pode ter sido embalada por certa dose de otimismo, mero equívoco ou, talvez, nefasta mescla de ambos. O fato é que o nazi-fascismo, enquanto ideologia, sempre permanece com seu horizonte aberto, mesmo quando todos os sinais dos tempos apontem para tamanho distanciamento que aparente o seu definitivo ocaso, o que acontece com a matéria, mas não com as ideias.

As configurações históricas do nazi-fascismo ainda sofrendo derrotas acachapantes, finalmente, não se esgotam, senão que representam inconclusos processos históricos com pontuais momentos de submersão, interregno de tempo cuja duração é previamente indeterminável. Este artigo propõe a retomada do mal como objeto de pesquisa ao partir da compreensão da imperiosidade da necessidade de manter viva a sua memória, e que o vivificá-la permite dispor mais sólidos diques para resistir às máquinas capazes de mover a sua possível reemersão.

São múltiplas as armadilhas históricas de que dispõe as máquinas políticas capazes de articular a reconstituição de sua eficiente organização para promover a morte em massa através de meios variados, inclusive pela mera exposição a condições climáticas absolutamente inviáveis para o ser humano.¹ A alta intensidade do mal torna imperativa a articulação de instrumentos de proteção e reação às

¹ Um destes casos foi a exposição de judeus e poloneses a temperaturas abaixo de zero e fortes nevascas durante as funções de “reassentamento”, performando um total de perdas humanas em número superior aos disparos efetuados pelo nazi-fascismo em suas execuções por fuzilamentos e enforcamentos (cf. SHIRER, 1990, p. 664).



tentativas de eclosão de fenômenos nazi-fascistas, cujo germe hiberna sob a suspeita geral de definitiva eliminação. Em todos os tempos esta é tarefa de estudo e sensibilização para o nacional-socialismo sempre tão atual quanto ingente.

Este artigo propõe a abordagem do mal através de suas narrativas em escala individual e sua articulação com o tempo histórico, retomando a perspectiva dos indivíduos que sofreram diretamente o mal em escala inaudita ou o testemunharam, tal como Victor Klemperer. O artigo propõe que a compreensão da maquinaria que aciona o mal alcança melhor possibilidade de êxito através do triplo movimento de expor aspectos nucleares da forte maquinaria equipada com débil e pseudocientífica ideologia mistificadora da hierarquização entre os indivíduos legitimadora do extermínio, conectando tal passo com a imperiosidade evitar o frio labirinto da estatística ao passo que focar as narrativas dos indivíduos e dos coletivos em que estiveram inseridos.

Este artigo toma por hipótese a indispensabilidade de manter viva a memória do mal em todos os tempos para que o sofrimento real de indivíduos de carne e osso não venha a perder-se nas frias elaborações estatísticas, mas também pela leitura de perpetradores como Göring e Frank. O resumo da crueldade a sua representação numérica é operação que torna opaca esta realidade, extremamente desumanizadora e, nesta medida, desmobiliza para a contenção do avanço do mal sobre o real. A representação do trágico não pode ser por números, mas sim pelo verbo aquecido da experiência dos sobreviventes e da narrativa da dor em primeira pessoa.

Apenas uma eficiente narrativa sobre a estrutura do real pode ser útil para conter as forças detonadoras do mal. Este artigo reconhece e pretende colaborar para desenvolver a tarefa de todos os tempos, a saber, desenvolver a cultura antifascista, objetivo para o qual a compreensão da mente nazi-fascista dos perpetradores é de singular utilidade. Para além desta análise, é a conexão entre a literatura e a história da barbárie que demonstra força efetiva (e afetiva) para conter o esmagamento do humano e seu amontoamento em gélidos números na casa de dezenas de milhares ou aos milhões, privando-os de identidade, sofrimento e seccionando-os de sua perspectiva histórica. Ao retirá-los de seu contexto e de sua narrativa de dor e terror, então, o mal é perdido nas brumas da história, e com isto, vai sendo pavimentado,



alimentado e potencializado, paulatinamente, o risco do regresso da ideologia da organização da morte.

2. O MAL COMO RUPTURA CIVILIZACIONAL: EXPANSIONISMO E BARBÁRIE

A fonte dos males que abalroaram a vida na Alemanha na primeira metade do século XX não pode ser compreendida à distância da conexão da teoria darwinista apropriada para a concretização dos fins do antissemitismo genocida concebido por Hitler e seus desdobramentos no regime nacional-socialista.² À base do antissemitismo havia a concepção da inferioridade dos judeus que a teoria pseudocientífica nacional-socialista associaria à legitimação do eugenismo como forma de pavimentar a via para a formação da comunidade popular (*Volksgemeinschaft*) que seria pura em sua composição étnica ária.

O antissemitismo não foi inovação do regime nazi-fascista mas sim na escala de sua extensa e trágica aplicação, neste aspecto dissociado do precedente de sua aplicação no modelo político sueco,³ também diverso no concernente a sua aplicação nos assuntos de política interna e internacional, algo observável através do expansionismo militar coordenado por Hitler a partir de 1939.⁴ Estrategicamente Hitler conteve os seus propósitos imperialistas até garantir a sua ascensão ao poder e consolidar os meios para impor a sua política imperialista belicista. Chegado ao poder Hitler tinha claro que era preciso superar os limites impostos pelo Tratado de Versalhes para rearmar a Alemanha, e a preparação bélica não poderia ocorrer senão à margem de retórica política não expansionista. O rearmamento era essencial para o posterior passo do regime que transformaria o cenário político europeu no reflexo da concepção antro-po-etnocida germânica acerca da superioridade dos caucasianos arianos alemães.

² Para uma defesa da profunda relação entre eugenia e antissemitismo, ver DINER, (2006).

³ Para maior detalhamento sobre a aplicação combinada de fundamentos do Estado de bem-estar conforme o conhecemos e princípios de eugenia social, ver MAZOWER, (2019. p. 221).

⁴ Antes que o terror ganhasse espaço e, passo seguinte, o genocídio fosse organizado burocraticamente, precisou ser deflagrado o embate bélico, cujo primeiro passo foi a invasão da Polónia pelas forças alemãs.



A realização militar da anexação territorial vinha em confirmação da teoria do espaço vital (*Lebensraum*), política considerada indispensável por Hitler, mas que não seria implementável sem os necessários “sacrifícios de sangue” (HITLER, 1966, p. 242). À primeira vista esta menção sugere o foco nas consequências dos esforços militares, mas em verdade carregava oculta a referência aos milhões de vidas que seriam sacrificadas para “limpar” o terreno que, logo, deveria ser ocupado pelos novos habitantes ários, tal como ocorreu na trágica campanha Russa que sob as estratégias militares da *Operação Barbarossa* estava prevista a ação genocida dos *Einsatzgruppen*,⁵ grupos especialmente preparados para realizar massivo extermínio humano com foco nos judeus.

Embora não declarada em seus primeiros momentos de forma pública e reiterada, era evidente no pensamento de Hitler a pulsação da estratégia imperialista que, sem embargo, procurava negar quando conveniente, mas que já constava em seus primeiros movimentos de seu *Mein Kampf*, especificamente em seus últimos capítulos. A argumentação de fundo para a realização de tal movimento expansionista alemão era que a concretização da união dos alemães em um único Reich e espaço vital comum impunha a necessidade de alimentá-los. A justificativa de Hitler (1966, p. 190) era de que havia direito moral de garantir a alimentação ao próprio povo, argumento previsto em um dos vinte e cinco pontos do programa do NSDAP desenhado ainda no alvorecer da década de 1920. Nada disto era compatível com a política pacifista burguesa weimariana que havia sido tomada criticamente por Hitler e seus círculos, mas que foi propugnada a partir de 1933 enquanto a Alemanha procurava tomar medidas e adotar retórica eficiente para evitar sofrer guerras preventivas por parte de países ameaçados por sua lógica imperialista.

A ocultação dos propósitos imperial-belicistas não encontrava espaço no plano interno de seus círculos, aos quais Hitler deixava ver aos seus que partia do pressuposto de que era inevitável o emprego da força para incorporar os territórios. Logo Hitler (1966, p. 188) passaria a afirmar ser impossível a retomada do espaço vital apenas através de debates e enfrentamentos parlamentares, senão que tudo se

⁵ Foi no âmbito da invasão da União Soviética que os *Einsatzgruppen* foram empregados pela primeira vez para fins de extermínio em massa (cf. HARRIS, 1999. p. 349), tendo sido antes precedido por ações pontuais na campanha polonesa de 1939.



resolveria através do uso de afiadas espadas. Isto explicaria a adoção da política de recuperação para a Alemanha de sua “soberania de defesa” (*Wehrhoheit*) o que implicava a revogação de cláusulas do Tratado de Versalhes sobre o acesso da Alemanha às armas, algo que não faria através da via diplomática, sendo marcante que os tratados em seu momento firmados tiveram fins absolutamente dilatatórios da reação de seus potenciais inimigos.

Aqueles dias de início das violências em território polaco prenunciaram a eclosão da barbárie para além da característica já sangrenta dos eventos bélicos, e para determinados setores isto logo se tornou muito especialmente perceptível. Sem carecer de singular agudeza, muitos puderam testemunhar o que estava em curso naqueles dias, mas também intelectuais como o filólogo Victor Klemperer anteciparam com maior perspicácia os riscos inerentes a eclosão do movimento nazi-fascista, confirmando-as materialmente com a sua demonstração quando de suas primeiras ações de força. Quando corriam apenas poucos meses desde o início da guerra, em 30 de março de 1940, Klemperer (1999, p. 314) já registrava em seu diário que a situação “Ao invés de organizar-se, o caos torna-se cada vez pior”. Na esfera política o guia-mor desta “cada vez pior” situação logo conseguiria transformar a realidade em pura barbárie, manifestação material da abstrata concepção da teoria da raça pura que Hitler anunciara com todas as letras em seu *Mein Kampf*, sendo grave equívoco de seus contemporâneos, assim como o de outras épocas, não dar crédito aos declarados e insanos propósitos reiteradamente veiculados pelo nazi-fascismo, tendo sido este o primeiro e equivocado passo para a futura destruição em massa conhecida pela Europa.

O anúncio hitleriano sobre os encaminhamentos pretendidos para a questão racial antissemita se manteve em condição de latência até a eclosão das condições políticas objetivas para a sua concretização em 1933 que do ponto de vista legal foram traduzidas em 15.09.1935 nas *Nürnberg Gesetz* por decisão do *Reichstag* e, logo, o nazi-fascismo projetaria o antissemitismo para fora do território alemão. A este respeito acerta a interpretação de Mazower (2019, p. 88) ao ressaltar que “La propia concepción hitleriana de la política global [...] descansaba en la raza”, e assim ele orientaria a implementação de sua política expansionista baseada na busca pelo *Lebensraum*, e a sua concretização nos campos de batalha não poderia dispensar o



Estado, que para o nazi-fascismo hitlerista não passava de mera “expresión del Volk racial” (MAZOWER, 2019, p. 88). Neste aspecto é notável que os mecanismos de poder e das alavancas do regime hitlerista tem seu acionamento conectado à centralidade da raça também em matéria da política externa nacional-socialista. Esta foi a força motriz indispensável para a realização da ruptura histórica e política que se concretizou no Holocausto que estremeceu e abalou o legado iluminista.

É notável a incompatibilidade da teoria racial com referenciais científicos, mas ainda assim foi exitosamente introjetada na mente de milhões de alemães, levando-os a emprestar apoio incondicional ao nacional-socialismo, sem o qual não teria sido possível a concretização da barbárie. Klemperer (1999, p. 267) estava correto ao observar que a noção de pureza da raça e do sangue não passava de “conceito zoológico e um conceito ao qual há muito não corresponde nenhuma realidade” e, passo seguinte, se deduz que a concepção de pureza e conseguinte superioridade da raça que careceu de qualquer comprovação científica. Este “conceito zoológico” encarnou o triunfo da incivilidade, de regresso a tempos imemoriais, que Klemperer (1999, p. 20) avaliou ser contraditório com os valores germânicos ao afirmar que “Tudo o que eu considerava não-alemão – brutalidade, injustiça, hipocrisia, manipulação da opinião das massas até a embriaguez –, tudo isso floresce aqui”, denotando com isto a agudeza com que tantas mentes puderam perceber já a partir da afirmação da pureza racial os possíveis e nefastos desdobramentos. Segundo sua leitura crítica da cultura alemã proposta por Klemperer, na sequência, o país conheceria a sua mais cruel versão de *desgermanização* sob o signo do torpor e brutalidades jamais imaginadas.

Este perfil traduzido pela escrita de Klemperer, por si só, desautorizaria aqueles que, como o economista Hjalmar Schacht, durante o julgamento de Nuremberg, à diferença de alguns como Göring (cf. OVERY, 2003, p. 169), pretenderam encontrar portos onde ancorar sua pesada embarcação carregada de desculpas por suas decisões e horrendas ações. No caso de Göring o pretexto alegado foi o de que Hitler teria enganado a ele e a muitos outros, pois não teria cumprido a promessa de que os judeus desfrutariam da mesma proteção que os demais estrangeiros (cf. Actas del Juicio, 2 de mayo..., p. 242) mas os campos de concentração de Treblinka, Sobibor e Belzec em que foram assassinados apenas



judeus o desmentiriam (cf. HARRIS, 1999, p. 330), considerando ainda o terrível papel de Majdanek, especialmente construído para a destruição de judeus. Foi idêntico o pretexto parcialmente adotado por Hans Frank ao afirmar relativamente a Hitler que “Eu acreditei naquele homem. Se eu soubesse o que vim a descobrir nos julgamentos, teria protestado de forma diferente em 1942” (apud GOLDENSOHN, 2005, p. 59),⁶ como se os horrores levados a termo durante a guerra pudessem ter ocorrido sem seu pleno conhecimento, especialmente aqueles praticados nos campos de concentração da Polônia, território no qual exercia a função de *Generalgouverneur*.

O movimento de Frank era de matização inicial destacando a traição de que fora vítima para então, sob a preparação deste território, reconhecer a sua culpa, fato incontornável, tendo confessado ao tribunal “de maneira totalmente franca sobre minha culpa, sem ocultar nada” (apud GOLDENSOHN, 2005, p. 73), mas sempre sob o encobrimento das inarredáveis ordens militares, e sob recurso ao contexto e a traição de Hitler. Naquela altura do julgamento em Nuremberg já não era possível contestar publicamente os fatos plenamente demonstrados, e Frank estava ciente da necessidade de admitir a sua culpa e do regime, chamando a atenção de que era “tarefa difícil até procurar palavras de desculpa para Hitler” (apud GOLDENSOHN, 2005, p. 73), malgrado a sua intimidade com tal função ter sido longa, posto ter sido seu advogado durante anos. Frank avaliava ser complexa a defesa dos perpetradores em Nuremberg, cuja linha de defesa adotada por seus advogados era de que os réus não tinham ideia do real monstro que era Hitler, ao que criticava Frank: “Acredite, nada poderia estar mais longe da verdade” (apud GOLDENSOHN, 2005, p. 72). Nisto estava absolutamente certo.

Supor que os companheiros de caminhada de Hitler possam ter sido de algum modo enganados em sua jornada genocida é supor inocência impossível àqueles perpetradores como também do próprio pesquisador e intérprete dos fatos históricos. Neste sentido ao retomar o argumento de Frank, mas especialmente o de Göring, se mostra indefensável, e não apenas à luz dos escritos de Hitler como de toda a sua

⁶ Após a guerra a análise de Hofer também compartilharia esta visão ao sugerir que “Sin duda, la inmensa mayoría del pueblo alemán, así como la de los jefes del NSDAP, no entendía que el antisemitismo proclamado por Hitler necesariamente significaba la exterminación física de los judíos” (HOFER, 1966, p. 287). Para uma análise do antisemitismo, ver BENDERSKY, (2000, p. 154-167; p. 218-230).



prática, além de seus discursos políticos, assim como das lideranças do ascendente NSDAP e dos líderes do Governo, que uma vez alcançado o poder apenas deram curso ao anunciado. Aqueles primeiros momentos do novo regime foram descritos por Bendersky (2000, p. 154) como marcados por uma “psychological atmosphere of uncertainty, suspicion, and fear. The new order was characterized by intolerance, brutality, and terror”.

Sem embargo, Frank insistiria na versão de que Hitler teria “traído” os seus companheiros de percurso, que ele teria “deturpado seus objetivos”, e que “O próprio Goering testemunhou que Hitler não cumpriu o programa do partido. Por exemplo, o programa não preconiza o extermínio físico dos judeus, mas apenas a eliminação de sua influência” (apud GOLDENSOHN, 2005, p. 61). Para fortalecer o seu argumento Frank interessadamente oculta as expressas referências de Hitler quanto a perseguição dos judeus e assim concluir que “A decisão criminosa de exterminar fisicamente os judeus foi tomada por Hitler durante a guerra” (apud GOLDENSOHN, 2005, p. 61), embora não restassem dúvidas de que a “*questão judia*” era parte integrante e também essencial da ideologia e das estratégias de domínio nazi-fascista (cf. HOFER, 1966, p. 286).

Com meridiana clareza Hitler apontou para os seus reais propósitos desde os seus primeiros movimentos ainda em meados da década de 1920, oportunidade em que apenas dava azo ao antissemitismo que havia cultivado profundamente ainda em seu período vienês, com o qual alimentou a ignomínia que constituiu o núcleo duro de sua concepção de sociedade, cultural, política e sua projeção bélica, em suma, a sua *Weltanschauung*. Exemplo bem-acabado desta concepção de Hitler (2016, p. 307) é sua afirmação de que “Só há uma coisa vergonhosa: é que pessoas doentes ou com certos defeitos físicos possam procriar”. Face a tal realidade se impõe a aplicação da teoria racial e eugenista nazi-fascista dedicada a integral pavimentação da via facilitadora para a reprodução exclusiva de indivíduos sãos e, paralelamente, o assassinato dos que não o fossem. Por Indivíduos sãos se entendem os dotados de saúde plena e os ários, racialmente puros e, logo, advém a estes, a tarefa de deter a miscigenação e conseqüente comprometimento da raça, e “deve ser considerada uma grande honra impedir que isso aconteça” (HITLER, 2016, p. 307), anunciando assim



Hitler o horizonte eugênico alemão que tantos preferiram desconsiderar de que se tratava de real propósito.

3. EXTERMÍNIO E EUGENISMO: A TEORIA RACIAL COMO BASE POLÍTICA E OCULTAÇÃO DO MAL

Estava a ser desenhado o cenário da fatal encruzilhada do autoritarismo rumo ao totalitarismo, e percorrê-lo viabilizaria a concretização do extermínio, em cujo âmago carregava a interpretação da (nefasta) posição do judeu no mundo, debilitando-a e registrando o seu desvalor para além do limite de qualquer possibilidade de sobrevivência. Foi disseminada a fantasiosa leitura sanitário-biológica e étnico-política acerca da malignidade dos judeus, compatível com a filosofia de Édouard Drumont (1844-1917), para quem os judeus “no son sólo seres cosmopolitas, sucios, lúbricos y hediondos” (ROUDINESCO, 2011, p. 69), senão que, muito pior do que isto, eles são “también portadores de toda clase de enfermedades orgánicas y mentales, que evidencian la corrupción de su sangre y de su alma: escorbuto, sarna, escrófulas, neuroses”. (ROUDINESCO, 2011, p. 69).

Construída socialmente e extensamente disseminada esta visão sobre os judeus que contaminou gerações, ela foi tomada como ponto de alimentação para os passos subsequentes à ação militar nacional-socialista, orientada pelo princípio da pureza racial que, congruentemente, implicava na eliminação dos judeus, entendida por Hitler (2016, p. 306-307) como “ponto central da atuação do Estado na vida geral da nação”. Aos indivíduos da *Volksgemeinschaft* era reconhecido o direito e ao Estado o dever de empregar os meios necessários para garantir a pureza da comunidade que Hitler (2016, p. 306-307) entendia que devia ser “*conservada pura*”. Esta ideia operou na essência do pensamento de Hitler foi o dínamo das ações políticas dos órgãos estatais e do maquinário bélico, reconhecido como um “dever dos mais sagrados”, pois isto equivalia a defender a “parte mais sadia da humanidade [e] tornar possível um aperfeiçoamento maior da espécie humana”. (HITLER, 2016, p. 306).

Tão pronto quanto na noite de 3 de fevereiro de 1933, a escassos dias de sua nomeação como Chanceler do Reich em 30 de janeiro de 1933, Hitler discursou para



os comandantes das Forças Armadas. Naquele momento passou a explicar qual era o papel que atribuiria às Forças Armadas em sua administração, e não seriam tão somente de defesa de agressões militares externas, senão que seriam mobilizadas para cumprir finalidades político-ideológicas em escala internacional.

Hitler partia do princípio norteador de que os mais fortes prevalecem, e o mesmo sendo aplicável para a vida dos povos (cf. BESSEL, 2014, p. 43), e este era o momento em que mobilizaria as Forças Armadas para o plano da ação. Por trás deste movimento se encontrava a aplicação da teoria da superioridade racial às relações externas alemãs, cuja consecução vinha casada ao expansionismo encarnado no conceito de *Lebensraum* (espaço vital). Isto sim Hitler evitou anunciar desde os primeiros momentos o seu propósito de atacar pesadamente os judeus para dar curso e cumprimento a este objetivo territorial, posto que eles, ademais, se situavam densamente no espaço da Europa Oriental (cf. HOFER, 1966, p. 287).

A ideologia do regime nacional-socialista colocou em evidência a imagem de heróis capazes de concretizar a homogeneização racial e a recondução da Alemanha à sua grandeza⁷ exigindo todos os esforços da *Volksgemeinschaft*. Esta seria responsável por levar à prática o extermínio humano massivo de amplos campos da alteridade, concretização do projeto de substituir o ambiente de discussões políticas que caracterizava a República de Weimar pelo desenho de sociedade marcada pela “comunidade do povo” (cf. EBERLE, 2010. p. 339), cujo pressuposto era a realização da *Judenrein*, liberação alemã dos judeus, para assim instaurar a homogeneidade racial, estrutura básica e eixo do novo regime tanto em política interna como em sua política exterior.

Serão os “heróis” e ascetas niilistas que abdicam de tudo em nome da nação alemã os súditos que devem suportar a retomada da condução dos destinos da Alemanha, e ao fazê-lo contrapõem a pureza à corrupção. A concretização da purificação do Estado implicava, à partida, assumir a sua dimensão racial e biológica,

⁷ A este respeito é notável a observação de Klemperer (2009, p. 153) que “Os cartazes nazistas se pareciam uns com os outros. O que se via era sempre o mesmo tipo de guerreiro bruto e adestrado, empunhando uma bandeira, um fuzil ou uma espada, usando uniforme das SA, das SS ou do Exército, ou mesmo com o tronco nu. Sempre a mesma combinação de força física, intenso fanatismo, musculatura, cenho duro e ausência de sinais de atividade mental. Eram essas as características da propaganda que lidava com o esporte, a guerra e a subserviência à vontade do Führer”.



e para implementar tal projeto Hitler (2016, p. 307) reconhece o papel essencial do Estado, que aplicaria “todos os recursos médicos a serviço dessa concepção”. Ao instrumentalizar os seus recursos para realizar fins alheios aos seus basilares compromissos com todos os indivíduos, a começar pela garantia da vida e da incolumidade pessoal, fins demasiado orientados pelos ideais liberais próximos à República de Weimar, contra os quais o nacional-socialismo sempre esteve enfrentado.

O pantanoso e pseudocientífico território da purificação racial nacional-socialista hitleriana tem seu modelo de Estado orientado a cumprir o “Dever [de] proclamar como incapaz de procriar quem quer que seja doente ou tenha certas taras hereditárias e levar esse propósito ao terreno prático” (HITLER, 2016, p. 307), tomado como ponto de partida consagrador da versão eugenista que havia começado ainda em 1939⁸ e de inaudita aplicação histórica na guerra imperialista germânica. Para a elite nacional-socialista era imperativo ocultar ao máximo da população o genocídio que derivaria da aplicação de sua política racial, mas para que não fosse inviabilizada a sua parte visível, como, por exemplo, a caça e aprisionamento dos judeus e demais “indesejáveis”, era indispensável persuadir grande parte da população, para que lhe oferecesse ancoragem política para a consecução do projeto genocida.

O nacional-socialismo adensou esforços para aplicar o darwinismo biológico ao campo político para cumprir fins genocidas no campo social sob o pretexto de aplainar o terreno para a estrutura da nova sociedade e do Estado. Os mais fortes seriam os membros componentes da raça escolhidos para exercer o poder prevalecendo sobre os inferiores, cuja reconhecida fragilidade os tornaria merecedores de desprezo, algo que se refletiria sobre o descaso com os seus direitos e, mesmo, a perda de suas vidas. Ao grande coletivo dos reputados como vidas indignas de ser vividas seriam corpos a ser triturados, escravizados para obter todo o produto possível de seu trabalho, de forma que os arianos “ganaría[ri] así el derecho

⁸ A este respeito Bendersky chamava a atenção para o fato de que o nazi-fascismo criou precedente para concretizar o processo de morte em massa. Em 1939 o regime começara a organizar o sistema de mortes em massa de indivíduos enfermos, afetados por doenças incuráveis, por deformações, ou simplesmente aqueles considerados como desajustados sociais, cuja amplitude, virtualmente, permitiria incluir quaisquer inimigos do regime, vitimados pelo programa de eutanásia (cf. BENDERSKY, 2000, p. 155), que originariamente não os selecionava segundo critério racial.



de imponer al perdedor sus propios designios” (MAZOWER, 2013, p. 89) quer considerado no plano político interno através das perseguições como no plano das relações internacionais, algo notável através da política aplicada aos países ocupados, como foi o brutal caso inaugural da Polônia em 1939 desde os primeiros dias da invasão da Varsóvia.

A política aplicada no território alemão foi marcada pela discriminação racial organizada pelo modelo de Estado totalitário, forte o suficiente para disponibilizar os meios para impor o extermínio sob a égide conceitual do darwinismo social. O nacional-socialismo alimentou o extermínio recrutando para tanto o pseudocientificismo biologicista, instrumentalizando a sua afirmação de que “No bastará ya una designación cultural o identitaria, sino que se añadirá otra ligada a la antropología física: color de la piel, forma del cráneo, de las orejas, de la nariz, de los pies” (ROUDINESCO, 2011, p. 51). Elementos físicos, étnicos e identificações culturais foram alinhados eficientemente para diferenciar e separar os indivíduos que mereceriam viver de outros muitos que deveriam ser exterminados. A partir de critérios médico-biológicos o nacional-socialismo foi capaz de perpetrar o assassinato de milhões de indivíduos, mas nada disto poderia ter ocorrido sem algum grau de colaboração social.

Neste sentido remanesce pergunta cuja atualidade é manifesta, sobretudo em tempos de eclosão e revivescimento de versões do fascismo, a saber, como puderam ser mobilizadas motivações tão profundas e obscuras ponto de canalizar força capaz de acionar as engrenagens e mover a maquinaria do genuíno horror? Para este inquietante questionamento que, todavia, permanece sem resposta abrangente, Adorno e Horkheimer (1995, p. 178) propuseram o uso de referenciais filosóficos e psicológicos para propor aproximação, fazendo-o a partir da ótica das próprias pessoas que se entregaram ao regime, chamando a atenção para que o “elemento paranóico que elas possuem deixa-se atrair pelo indivíduo paranóico como um ser maléfico, e seus escrúpulos morais pelo indivíduo sem escrúpulos, a quem devotam sua gratidão”. O regime nazi-fascista foi marcado por estratégias de implementação do fenômeno de patologização coletiva através da mentira e da manipulação da massa, sendo esta a via exclusiva para lograr seus insustentáveis propósitos desde a perspectiva filosófica ilustrada.



Colonizados por domínio cuja profundidade se avizinha à hipnose coletiva, os indivíduos submergem no regime nazi-fascista com intensidade tal a ponto de que “seguem um homem que nem sequer olha para elas, que não as considera como sujeitos, mas que as deixa entregues aos múltiplos fins do aparelho social” (ADORNO, HORKHEIMER, 1995, p. 178), indiferença aos seus sentimentos mais profundos de preservação da vida, cuja radical gravidade tampouco serve para realizar o ato de despertar deste fenômeno hipnótico conduzido por recursos culturais e psicológico-publicitários. Isto torna visível o quão profunda é a marca da imposição da obediência e da submissão completa, que viabiliza que o regime receba a adesão absoluta dos indivíduos colonizados. O controle se dá a partir da disseminação de instrumentos culturais ativos transformados em patologias individuais com conexão coletiva, que no regime nazi-fascista soube mobilizar eficientemente através de canais de comunicação social, sendo exemplo maior disto a observação da estética e da ética da época inserida na comunicação do regime ao qual Klemperer (2009, p. 153) fazia referência: “*Führer*, ordene que obedeceremos! ou “Nossas bandeiras serão vitoriosas! eram slogans que se infiltravam nas mentes”.

É certa a crítica de Adorno e Horkheimer quanto a descrição do elemento nuclear do nazi-fascismo capaz de submeter massas humanas às organizações de poder, expondo-as a condição de alvo potencial de genuíno massacre, à mercê do juízo de conveniência do voluntarismo genocida nazi-fascista. Esta estrutura de Estado contando com apoio massivo foi capaz de organizar o extermínio de milhões de indivíduos, atividade cujo apoio encontrava eco no aspecto legal, para o qual Mazower (2019, p. 89) chamou a atenção de que “se deducía que los acuerdos legales eran simplemente cuestiones de conveniencias que cabía observar o repudiar en función de los intereses dictados por el *Volk*”. Nesta medida a ideologia totalitária explicita a concepção jurídica nazi-fascista, para a qual o direito era resumido na pura vontade do *Führer*, enquanto o plano estritamente político era neutralizado, resumindo a oposição, quando não eliminada, ao seu controle através da manipulação dos instrumentos e das formalidades típicas do funcionamento do parlamento no âmbito



restritivo imposto por regimes totalitários (ver RICHARD, 1972, p. 113), aliado ao olímpico e reiteradamente manifesto desprezo pela democracia.⁹

4. NAZI-FASCISMO: O MAL EM ESTADO CRU E SUAS MANIFESTAÇÕES

O mal tem várias fronteiras, físicas e psicológicas, ambas potencialmente disruptivas do humano, conjugadas e potencializadas pela barbárie nacional-socialista, mal que não conheceu fronteiras nos limites dos campos de concentração em que era soberano e personagem principal (cf. TODOROV, 2017, p. 179). Ao cruzar inúmeras fronteiras a impressão aos olhos de muitos é de que se trata da última estação imaginável do mal, de que já não resta qualquer outra possível além dela, embora persistam dentro delas subestações em que o mal se reproduz de maneira intensa. O homem moderno suplantou todas as fronteiras de concretização do mal até então conhecidas, e embora não seja mais inteligente nem mais ou menos amável que os antigos, conforme admitia Korczak (2017, p. 92), foi sob o signo do amadurecimento que logrou as condições para perpetrar o inaudito.

A intensidade da violência típica do processo de implementação da ideologia nacional-socialista foi experimentando sucessivos avanços,¹⁰ e talvez a última fronteira, inimaginável à época, foram as práticas bárbaras aplicadas massivamente no território de anomia em que foram transformados os campos de concentração,¹¹ sendo apenas um deles, Auschwitz, capaz de assassinar mais indivíduos do que morreram na Primeira Grande Guerra Mundial, excluindo a frente Oeste (cf. ZUPPI, 2019, p. 142), em qualquer caso, à diferença dos campos de batalha, sob a condição

⁹ A nota a mais uma crítica de Hitler à democracia consta das memórias manuscritas pelo tenente-general Liebmann relativa ao dia 3 de fevereiro de 1933 (ver HOFER, 1966, p. 192).

¹⁰ A este respeito analisava Bessel (2014, p. 99) que “As prisões arbitrárias, os ataques físicos e até o assassinato de inimigos políticos e “raciais” pela polícia nazista não eram novos; novos eram a deportação e o homicídio, pela polícia e pelo SD, de grupos inteiros de pessoas consideradas racialmente inferiores”. Para uma análise da ideologia nacional-socialista, ver BALDWIN, (1990).

¹¹ As formas de extermínio levadas a cabo nos campos de concentração mesclavam o indizível e o inimaginável, oscilavam entre ações positivas e atos organizadores omissivos, tal como, por exemplo, a destituição do campo de quaisquer elementos sanitários minimamente necessários para a vida humana, permitindo que a adequada descrição de campos de concentração como Buchenwald sobre as condições de vida e trabalho dos prisioneiros pudessem ser realisticamente descritas como as “piores imagináveis”. (HACKETT, 1998, p. 75).



de absoluta impossibilidade de defesa por parte das vítimas. O movimento de imposição da barbárie no mundo foi viabilizado através da reconfiguração do mundo exterior em termos de excepcionalidade, intensificando-a naqueles espaços dos *Läger*, dos quais foi distanciada toda e qualquer esfera de controle remanescente da vigente legalidade constitucional. O território da exceção encontrou sua melhor síntese no III Reich no espaço de absoluto arbítrio no qual o terror era regra e os padrões civilizatórios abolidos, malgrado fosse mantida vigente do ponto de vista formal a ordem constitucional weimariana.

No território anômico o inominável foi tornado possível, concretizado através do sacrifício psicológico e físico de milhões de indivíduos, dando azo ao projeto hitlerista de realizar “com método um plano de procriação dos mais sadios” (HITLER, 2016, p. 307). Isto foi viabilizado, via inversa, através da prévia eliminação massiva das vidas indignas de ser vividas, abrindo espaço para a “constituição de uma raça que trará em si as qualidades primitivas, evitando assim a degradação física e intelectual de hoje” (HITLER, 2016, p. 307). A “educação” não foi recurso do qual Hitler lançou mão durante a guerra para avançar as condições para estabelecer o seu domínio, senão que atribuiu à força e ao uso das armas a tarefa de realizar a finalidade “purificadora” do povo alemão. Isto veio em apoio à disseminada ideia “científica” da época, a da existência de hierarquia entre os homens e assim, portanto, seria admissível no projeto nacional-socialista a existência de “niveles diferentes entre los hombres; hay una jerarquía humana” (MAZOWER, 2019, p. 91-92), e esta hierarquização teria consequências quanto aos direitos de que estariam habilitados a usufruir.

A hierarquização da ordem social sob a ordem nacional-socialista impunha a divisão irreconciliável entre ários e não-ários, sendo a estes últimos atribuída a condição de *não-sujeitos* de direito. Apenas os indivíduos reconhecidamente ários seriam incluídos entre os sujeitos de direito e objeto da educação hitlerista, radical e dogmaticamente introjetada, suscetível de levá-los a dar suporte político, prévia compreensão de que negar a hierarquia humana “es un absurdo y desdeñarlos constituye una vergonzosa confusión” (MAZOWER, 2019, p. 91-92), passo inicial para admitir a persecução dos judeus. A hierarquização humana não foi proposta para manter-se nos limites do mero “reconhecimento” da suposta superioridade ária, senão



que implicou o grave passo adiante para concretizar o delírio hitlerista para impor a “purificação” racial como imperativo para a eclosão do novo e brilhante mundo germânico.

A partir desta diferenciação hierárquica entre superiores e inferiores estava a ser desenhado o horizonte já proposto em suas linhas gerais no *Mein Kampf* ainda em meados da década de 1920, quando Hitler ainda não passava de modesto peão no tabuleiro da política alemã, embora tenha sido o menosprezo ao radicalismo e a magnitude da ameaça que carregava, insensibilidade que facilitou o seu avanço e final triunfo. A enormidade do risco que o nazi-fascismo contém em seu âmago impõe o dever de precaução continuada e reação imediata para assegurar a sobrevivência e, quando já perdidas, viabilizar a retomada dos padrões civilizatórios.

O nazi-fascismo apresentou o recurso à barbárie como sua marca distintiva para a massiva eliminação humana realizada sob máxima organização burocrática, tétrica novidade histórica cuja escala tardou em ser assimilada e divulgada, não tendo começado a sê-lo senão após o final do conflito bélico, notadamente com a apresentação das provas de acusação no Tribunal de Nuremberg. Teoricamente a barbárie imposta a milhões de vidas recorreu a falsificações científicas de modelos como os de Gobineau, cujo pensamento concebia hierarquia das raças na qual a posição de supremacia era ocupada pela raça branca, enquanto a negra era reputada como “salvaje y abyecta” (ROUDINESCO, 2011, p. 59). Da superioridade de certos grupos no plano étnico logo seria derivada a aplicação à esfera internacional, afirmando a inferioridade de países e suas nações em prol dos caucasianos, operadores da lógica supremacista ária.

A aplicação do supremacismo à esfera internacional projetou a legitimação da imposição da “civilização” superior (ariana) sobre as “inferiores”, os infra-humanos (não-ários) e, subseqüentemente, a admissão da existência de direito absoluto da “civilização” (ariana) sobre todos os demais indivíduos e nações. A sua incorporação pelo nazi-fascismo foi traduzida pela legitimação dos extermínios em massa de vidas consideradas sem valor, a exemplo de sua parcial assimilação pela versão fascista italiana, que impôs massacre à Etiópia em 1935 através do emprego de múltiplas brutalidades, desde o recurso a fortes bombardeios ao uso massivo de gás à aplicação



de agentes químicos inclusive contra a população civil,¹² antecipação do modelo belicista germânico porvir confirmado pelo duro bombardeio da cidade de Guernica em 26.04.1937.

O contexto de liquidação massiva de indivíduos foi objeto da declaração de François de Menthon no julgamento de Nuremberg, reforçando algo que parecia então deslocado da nova época pós-Segunda Grande Guerra Mundial, a saber, que “Aquel que no pertenezca a la raza superior, no será importante” (Actas del juicio, 17 de enero..., 2007, p. 112). Esta “*não importância*” implicou muito mais do que o mero desprezo, pois a estes indivíduos seria reservada a posição de alvo existencial, assumindo que “La vida humana, y menos aún la libertad, la personalidad o la dignidad humana, carecen de valor cuando se trata de un enemigo de la comunidad alemana” (Actas del juicio, 17 de enero..., 2007, p. 112), algo que na prática implicava que havia sido desenhada com meridiana clareza a fronteira das vidas que valiam a pena ser vividas de outras que poderiam ser exterminadas.

Sob este cenário de desprezo pela vida humana era feita a semeadura da catástrofe que ocorreria no imediato porvir cujos reais atores centrais eram descritos na literatura filosófica de Horkheimer (1973. p. 169-170) como “Los mártires anónimos de los campos de concentración [que] son los símbolos de una humanidad que aspira a nacer”, emersão que não pode ocorrer senão quando a encruzilhada da barbárie tenha controladas as suas condições de histórica e renovada eclosão. O renascimento a partir daqueles símbolos contém inseparavelmente as notas da brutalidade e bestialidade a que eram submetidos os indivíduos antes de serem mortos nos campos

¹² O fato seria denunciado na Assembleia da Sociedade das Nações em 12.05.1936 por seu então imperador Haile Selassie (1892-1975). Chegado o ano de 1936 teve lugar o histórico discurso de Selassie na Liga das Nações em 1936 contém elementos francamente contestadores da teoria da superioridade racial: “Enquanto a filosofia que declara uma raça superior e outra inferior não for finalmente e permanentemente desacreditada e abandonada; enquanto não deixarem de existir cidadãos de primeira e segunda categoria de qualquer nação; enquanto a cor da pele de uma pessoa for mais importante que a cor dos olhos; enquanto não forem garantidos a todos por igual os direitos humanos básicos, sem olhar a raças, até esse dia, os sonhos de paz duradoura, cidadania mundial e governo de uma moral internacional irão continuar a ser uma ilusão fugaz, a ser perseguida mas nunca alcançada. E igualmente, enquanto os regimes infelizes e ignóbeis que suprimem os nossos irmãos, em condições subumanas, em Angola, Moçambique e na África do Sul não forem superados e destruídos, enquanto o fanatismo, os preconceitos, a malícia e os interesses desumanos não forem substituídos pela compreensão, tolerância e boa-vontade, enquanto todos os Africanos não se levantarem e falarem como seres livres, iguais aos olhos de todos os homens como são no Céu, até esse dia, o continente Africano não conhecerá a Paz. Nós, Africanos, iremos lutar, se necessário, e sabemos que iremos vencer, pois somos confiantes na vitória do bem sobre o mal”.



de concentração, “privados de seus nomes e dotados de um número; ora, o nome é a primeira marca de um indivíduo” (TODOROV, 2017, p. 262-263). A ruptura do indivíduo com a sua identidade era estimulada pela desconexão dos guardas relativamente à humanidade dos prisioneiros aos quais deviam dar a morte, e o tratamento como meros números era acompanhado da documentação que a eles se referia como “peças” ou “pedaços”, desenhando a impessoalidade como a chave para os seus propósitos de acúmulo desumanizados de pedaços de ossos e pouca carne aos quais incinerar. Desumanizar o indivíduo a ser exterminado é parte da estratégia de facilitação para a concretização do processo.

Importa perceber como foram sendo traçados os rumos naquela quadra que determinaram a nova era da história mundial, cuja abertura estaria eivada por profunda contaminação e destruição dos princípios do Iluminismo. Este seccionamento político teve repercussão filosófica indicativa de seu empenho em concretizar a ideia de fundo de que a pátria apenas pode ser erguida sobre os alicerces de tumbas regadas pelo sangue de milhares de indivíduos¹³ e, em paralelo, o sacrifício do conjunto das instituições herdadas de Weimar e dos valores que a inspiravam.¹⁴ Isto afeta o conjunto do conceito de civilização, sobre o qual a propaganda foi aplicada de forma instrumental e eficiente¹⁵ para tangenciar retoricamente o real afirmando a substância do inenarrável.

O modelo nacional-socialista divulgou *slogans* de fácil penetração na massa (cf. RAUSCHNING, 2003, p. 211), assistindo razão a Rosenberg (2015, p. 350) ao observar a Göring que estava em curso guerra espiritual livrada em paralelo ao combate militar, que também percorria o terreno econômico e publicitário. Este foi modelo político construído sobre deliberado emaranhado de mentiras e falsificações

¹³ A este propósito a literatura apoiava fortemente, como foi o caso de Ernst Bertram e Hans Carossa, ambos compartilhando a ideia de que muito sangue deveria correr para que a pátria pudesse ser construída (cf. RICHARD, 1972, p. 108).

¹⁴ Sobre este cenário Klemperer chamava a atenção para a comparação daqueles difíceis momentos com outros bastante duros do pós-Primeira Grande Guerra Mundial que também havia conhecido de perto, sobre o que dizia que “A derrota de 1918 não me deixou tão deprimido quanto a situação atual. É desalentador como a cada dia aparecem abertamente, como decretos, atos de pura selvageria, desrespeito a direitos, a mais terrível hipocrisia”. (KLEMPERER, 1999, p. 15).

¹⁵ A respeito da eficiência da propaganda nazi-fascista Klemperer (2009, p. 154) observou em seus dias que “A simbiose entre palavra e imagem fixou-se na memória com muita força, como no caso do nome e das letras impressas SS”.



(cf. FROMM, 2012, p. 325),¹⁶ que operam de forma distinta nos regimes políticos não-autoritários do que nos modelos totalitários, nos quais obtém níveis mínimos de legitimidade e adesão popular para as suas ações que, de outro modo, não seriam toleradas.¹⁷

A construção do regime nazi-fascista sob o eixo das falsificações foi percebido por Arendt (2012, p. 74) ao diferenciá-lo de regimes concorrentes, afirmando que a “constancia de su negación de la importancia de los hechos en general: todos los hechos pueden modificarse y todas las mentiras pueden convertirse en verdades”. Não se trata apenas de repetir mentiras, mas de manipular a verdade. O objetivo último é transformar mentiras em verdades, sejam elas pretéritas ou presentes, orientadas para condicionar o futuro que, naquele caso, se pretendia prenhe da germanidade elaborada consoante a reconfiguração histórica da percepção do real impressa no conceito de “verdade”.

5. O INDIVÍDUO SOB O NAZI-FASCISMO: SUBMISSÃO E EXTERMÍNIO

É indiscutível que a disseminação extensiva de estratégias publicitárias foi de notável importância para o êxito do regime, mas é importante compreender qual era o perfil dos destinatários destas mensagens massivas que tão bem as receberam e processaram para o cumprimento dos fins propostos pelo regime nacional-socialista.

Resposta para este questionamento pode ser encontrado na obra de Wilhelm Reich, para quem a forma fascista não teria sido possível sem que houvesse sido preparado o terreno cognitivo para uma civilização autoritária e mecanicista. Sobre este terreno devidamente semeado é que nasceria o arquétipo do “Zé Ninguém” concebido por Reich. Estava em causa a criação das condições suficientes para a eclosão de indivíduo “reprimido”, caráter objetivado a partir desta semente realizada

¹⁶ A propósito da importante mobilização midiática, o rádio e o cinema foram importantes, muito embora Rosenberg (2015, p. 36) mantivesse críticas ao desempenho do cinema em dezembro de 1939.

¹⁷ Neste sentido, por exemplo, uma instrução secreta do serviço de segurança datada de 1938 sobre a luta contra os mosteiros e conventos determinava o que segue: “Las órdenes representan el ala militante de la iglesia católica: habrá que limitar y expulsarlas de sus esferas de influencia y, por fin, liquidarlas. / Antes de tomar medidas definitivas en contra de las órdenes, la acción tendrá que prepararse a base de propaganda”. (HOFER, 1966, p. 168).



nas “massas de seres humanos subjugados, por meio do misticismo, militarismo e automatismo durante séculos” (REICH, 1988, p. 13). Estes eram os indivíduos-médios descritos por Reich encarnados na figura de *Zé Ninguém* bastante receptivos a recepcionar o conteúdo das estratégias publicitárias do regime.

Os indivíduos médios sugeridos pela literatura de Reich eram dotados de perfil psicossocial compatível com o de Édouard Drumond, proponente do antissemitismo, cuja personalidade auxilia a aproximar-nos ao perfil do *Zé Ninguém* reichiano. Drumond foi descrito por Roudinesco (2011, p. 72-73) como indivíduo “Pobre, desclasado, revanchista, inimigo de los ricos y los intelectuales, [que] no dejó de reprochar a la sociedad – y por lo tanto a los Judíos”. Tratava-se de psique embarcada em traumas de infância devido a internação de sua mãe em casa de tratamento psicológico no início da década de 1860 (cf. ROUDINESCO, 2011, p. 72-73), mulher a quem se atribuía algum grau de déficit de desenvolvimento mental. Muitos *Zé Ninguém* reichianos compartilhavam aspectos desta difícil vida experimentada por Drumond, de quem seria possível dizer com Roudinesco (2011, p. 73) que havia sido “Educado en la estupidez y privado de afecto, era feo, sucio, miope y deforme, y sufría por todo ello hasta el punto de proyectar sobre los Judíos sus propios defectos”. As perdas eram imensas, e os caminhos para superação, problemáticos.

Sendo esta a psique da massa humana tomada como alvo pelo nazi-fascismo, como teria sido possível enfrentar o desafio histórico uma vez divisado no horizonte o alto risco de mortes em massa, tal como ocorreu naquela quadra da história? O enfrentamento desta questão sempre cobra atualidade, sendo desafio central a articulação da resistência quando a massa humana composta por psiques como as do *Zé Ninguém* reichiano. Pressuposto para qualquer reação é a clara ciência do objeto da contraposição, de como realizar o direcionamento comum dos esforços para que não arrefeçam ante blocos monolíticos de poder cuja força dá mostras de aparente invencibilidade. Durante o regime nazi-fascista foram empregados esforços para obstruir o acesso público ao conhecimento sobre o que ocorria nos campos de concentração para, efeito derivado, obstaculizar a agregação de energia de irrisignação densa o suficiente para viabilizar reações massivas eficientes contra o regime. Paralelamente era imposta a violência como método de desencorajamento



geral de atividades de resistência por parte de eventuais grupos sociais que nutrissem pretensões de enfrentar o regime.

Regimes avessos a difusão das liberdades articulam o cerceamento público ao cesso ao real, posto que expõe a sua mais obscura face que no regime nazi-fascista equivalia a ocultar a organização das mortes em massa. Convergentemente Arendt (2012, p. 88) reconheceu que “el pueblo alemán no fue informado de todos los crímenes nazis y se le mantuvo deliberadamente oculta su naturaleza exacta”, embora não seja possível desprezar o argumento de que a magnitude e violência dos crimes era tamanha que inviabilizava o ocultamento completo e perfeito acerca do volume dos crimes praticados. Na dimensão de sua prática era impossível evitar que o seu conhecimento fosse paulatinamente acessado pelos diversos setores sociais. Cientes da resistência pontual de grupos sociais, como foi o caso dos católicos, o regime nacional-socialista seguiu empregando o máximo cuidado para ocultar as suas práticas, e Arendt (2012, p. 88) chamava a atenção para o fato de que os hierarcas do regime haviam tomado as providências para evitar que

todos y cada uno de los alemanes conociesen la realidad de alguna historia espantosa y no necesitasen de un conocimiento detallado de todos los horrores cometidos en su nombre para darse cuenta de que habían sido cómplices de crímenes abominables.

O inusitado volume e intensidade do mal praticado pelo nazi-fascismo o tornava praticamente impossível de ser ocultado, a exemplo dos inúmeros vagões que transitavam lotados pela Alemanha lotados de gente, transportadas em piores condições do que as disponíveis para o gado. Tampouco eram passíveis de ocultamento as perseguições aos judeus e o traslado forçado de famílias inteiras, com crianças, mulheres e idosos obrigados a evacuar as suas residências sofrendo maus-tratos e, não raro, fuzilamento sumário. Tudo isto podia ser visto à luz do dia e seu testemunho, assim como os embarques para campos de concentração, destino dos quais o regresso era, sabidamente, mais do que improvável. Por si só este cenário tornava possível acessar a miséria imposta à humanidade naqueles dias, algo apenas agravado pelo suposto conforto que apenas os omissos podem pretendem dispor em face da barbárie.



Na sociedade alemã transitavam e eram compartilhadas notícias fragmentadas acerca da multiplicidade de males impostos pelo regime, não sendo razoável dar crédito a incredulidade quanto ao teor do mal quando eram visíveis nas ruas os resultados da aplicação da força, uma amostragem de quão mais radicais poderiam ser as abordagens nos subsolos do regime e de tudo que os seus controladores eram capazes de fazer. As mostras do mal não foram escassas, oferecendo em paralelo nada modestas doses de repressão pública, o que permitia o trânsito de suficientes informações para que sua disseminação incutisse medo geral, quando não pânico, tornando assim objetivo o fato do conhecimento ao menos parcial da realidade persecutória e violenta, a respeito do que importa recordar a valia para o regime do trecho em que Trotsky (2019, p. 77) afirma que “Se os cadáveres não são bons para a luta, são bastante bons para impedir os vivos de lutar”.

A estratégia de perfeito domínio do regime tem como efeito a neutralização de articulações reativas, a respeito do que Horkheimer (1973, p. 169) apontava para que a “presión social y el terror político llegaron a debilitar en algunos casos la resistencia profundamente humana contra la irracionalidad”. Estava em causa a disseminação da corrosão dos vínculos humanos com a melhor herança ilustrada e a irracionalidade emergia para ocupar a centralidade da nova forma de exercício do poder, e este movimento foi forte o suficiente para solapar a “resistencia que constituye siempre el núcleo central de la verdadera individualidad” (HORKHEIMER, 1973, p. 169), minando assim aspectos fundacionais da cultura weimariana. O regime de força era operativo para reprimir e inviabilizar efetiva reação coletiva. Reconheciam Adorno e Horkheimer (1985, p. 140) que estava em causa o reconhecimento do inimigo que era preciso combater e que em face da aplicação das estratégias, de antemão, seria neutralizado e derrotado, a saber, o sujeito pensante.

A concretização de regimes fechados deste gênero encontra abordagem paralela na admissão de Todorov (2017, p. 207) de que eles “não consegue[m] instaurar pelos fatos, ele o realiza na cabeça dos sujeitos totalitários – é aí que reside sua força”, e para tal operação é indispensável o controle da órbita da cultura. Isto foi eficientemente realizado pelo regime nazi-fascista através de diversas iniciativas não apenas de censura, mas de positiva intervenção na esfera da produção cultural como, por exemplo, no cinema e rádio, mas também através de publicações como o *Der*



Stürmer, de Julius Streicher, cujo único e declarado objetivo desde meados da década de 1920 era atacar judeus,¹⁸ fanatismo nazi-fascista que manteve até as suas últimas palavras antes que a força fosse acionada em cumprimento às ordens do Tribunal de Nuremberg.

A todos os declarados inimigos como foi o caso dos judeus, o regime nacional-socialista reservou o equivalente político à *blitzkrieg* em sua política externa, esforço incessante de busca e perseguição logo sucedido pelo combate e final eliminação. No caso alemão, alcançado o poder, Hitler agiu conforme os seus reflexos básicos, e o principal deles era o de matar, e assim, por exemplo, “Ele executou dentro de seu próprio movimento aqueles que encarava como um desafio. Matou seus inimigos políticos” (GOLDHAGEN, 1997, p. 450). O conjunto dos indivíduos qualificados como inimigos era progressivamente maior em face da obsessão pelo absoluto controle do espaço político que deveria estar livre de opositores, ou seja, espaço marcado pela homogeneidade, mesmo que a custas de operações como a *Ausserordenliche Befriedigungsaktion*, conhecida como AB Action, empregada na Polônia para liquidar sua *intelligentsia*. No cerne do fascismo alemão o *outro*, o dissidente, era classificado como ameaça latente que exigia ser “*desativada*” mediante “*tratamento especial*”. Regimes totalitários como o nazi-fascista desprezam limites para o exercício do poder, e uma das manifestações mais eficientes para neutralizar eventuais focos de oposição é, primeiramente, a invisibilização cultural e identitária, tanto individual quanto coletiva para, logo após, recorrer a eliminação física dos recalcitrantes.

Hitler encarnou este instrumento de poder ao mobilizar mecanismos de destruição calçados na irracionalidade, exemplificada pelo compartilhamento massivo do antissemitismo, enquanto tal classificado por Adorno (cf. ADORNO, 2009. p. 286). Aqui obscuridade em grau extremado que para ocultá-la recorria a estratégia do regime de acusar os seus “enemigos de tener aquellos mismos propósitos que él admite como suyos con toda franqueza” (FROMM, 2012, p. 326).¹⁹ A determinação pública dos inimigos foi imediata, e inicialmente foram perseguidos aqueles ativos no

¹⁸ A este respeito interessa o conteúdo do interrogatório de Eichmann realizado em Jerusalém. A este propósito, ver LANG, SIBYLL, (1983. p. 30-31).

¹⁹ Deste modo, logo Hitler indicaria que os seus inimigos, dentre os quais judeus, comunistas e franceses, seriam acusados das mesmas práticas que, em verdade, caracterizavam as ações do próprio regime nazi-fascista.



campo político-partidário, aos quais foram acrescentados os judeus, já então, independentemente do campo político a que pertencessem,²⁰ pois já haviam sido previamente determinados como inimigos quando corria a década de 1920, assim nominados no *Mein Kampf*, grau de inimizade tantas vezes declarado, como foi o caso de Hans Frank em reunião fechada na Cracóvia ao admitir taxativamente projeto que jamais poderia ter deixado de contar com o beneplácito do *Führer*, que “We must annihilate the Jews”. (apud SHIRER, 1990, p. 663).

A prova do emprego massivo de forças para dar concretude a decisão do regime no espaço polonês sob comando de Frank foram massivas e violentas as perseguições, inclusive a céu aberto, assim como os transportes de judeus do gueto de Varsóvia para o campo de Treblinka. Malgrado a pública cruzeza da violência aplicada pelo nazi-fascismo desde a invasão de Varsóvia, a devastadora derrota inviabilizou a arregimentação de forças para a resistência contra o emergente regime. Na Alemanha a população sofria com a conjunção da força crua e da massiva propaganda, colonizando a população a orientar-se pela lógica política por profunda irracionalidade, cuja sementeira enquanto método político explicitou tratar-se de fenômeno com alta capacidade de enraizamento. O cenário político observado desde a psique dos atores sociais demonstrou que os efeitos daqueles nefastos dias persistiam, assistindo razão à Lord Simon quando em abril de 1945 advertia que Hitler, mesmo depois de devastar a Alemanha, arrasar a Europa e conduzir o mundo à guerra, ainda era reconhecido pela juventude alemã como um Deus (cf. OVERY, 2003, p. 120).

O momento de emersão da força nazi-fascista coincidiu com a descoordenação de esforços para contê-la, e logo seria a chave da derrota histórica da ordem weimariana. As insuficiências para deter a eclosão do mal em estado puro viabilizaram a destruição de mais de seis milhões de vidas acompanhada da devastação material da Alemanha, a exemplo do ocorrido em Berlin e Dresden. A profundidade dos danos causados pelo nazi-fascismo transcendeu os já vastíssimos

²⁰ Em seu momento Todorov (2017, p. 261) chamava a atenção para as práticas dos tribunais penais do regime nacional-socialista: “O juiz penal disse à Guinzbourg, antes mesmo que ela chegasse ao campo: “Para nós, os inimigos do povo não são seres humanos. Contra eles, tudo é permitido”. Basta ser classificado como um inimigo para ser excluído da humanidade”. (TODOROV, 2017, p. 261).



limites de sua implicação material derivada da guerra total, atingindo as mentes da época de tal forma que mesmo o fato do mundo literalmente ruir não foi suficiente para conter a manutenção do ardor em torno ao *Führer*, sendo esta uma notável característica do grau de intensidade de manipulação típica do regime neofascista.

Quando a ruína que se aproximava já era visível a olhos nus, malgrado o alvorecer do regime estivesse recheado do sentimento multitudinário de esperança, era possível observar com meridiana clareza o tortuoso rumo que estava por ser percorrido. Chaim Aron Kaplan, talvez ainda sem avaliar muito precisamente a dimensão do preço que realmente viria a ser pago, já antecipava que aquela era uma civilização que merecia conhecer os seus últimos dias (cf. FRIEDLÄNDER, 2012, p. 31). Os fatos não escaparam a Kaplan que observava o perigo na entrada do dia 01.09.1939 de seu diário, coincidente com o alvorecer da guerra que iniciava com as forças da *Wehrmacht* alemãs arrasando a Polônia através da invasão de Lodz, que pouco após alcançaria Varsóvia,²¹ ali então inaugurando o movimento de massiva liquidação e extermínio sob bases raciais. Aquele movimento de implacável imposição do terror foi descrito por Goldhagen (1997, p. 430) pela lente dos perpetradores, enfocando o momento em que tomaram ciência da

destruição esperada ou em curso dos judeus, e de seus supostos papéis dentro desse empreendimento, [e o que se nota] é a ausência de incompreensão e surpresa por parte dos alemães diante do motivo por que tal coisa deveria ser feita e a falta de um sentimento de ultraje por terem de seguir as ordens de um insano.

Kaplan já então observava o recrudescimento da violência crua que prenunciava a subsequente imposição do terror. Ao redor de abril de 1941 o “padrão já estava bem estabelecido” (BESSEL, 2014, p. 107), sob circunstância de modesta capacidade de resistência devido a que a ideologia do extermínio havia sido habilmente disseminada, estratégia que transitou do território alemão para os demais países ocupados através da conquista de espaço vital (*Lebensraum*). Sinteticamente descreve Bessel (2014, p. 107) que “onde quer que os alemães pousassem os pés na sua guerra de conquista, a ideologia racial nazista era posta em prática” e a

²¹ Logo depois, à 17 de setembro de 1939 o povo polonês sofreria ainda intensamente com o movimento do exército soviético movendo-se e assumindo o controle da metade oriental do país.



subsequente devastação humana, realidade perante a qual a omissão se revela indesculpável, posto que desenhada a agressão imediata e o extermínio.

A agressão bélica e o posterior extermínio foram objeto de planejamento. A imprevisibilidade, sem embargo, é sempre variável relevante no plano prático, mas os princípios gerais do nazi-fascismo orientadores para a tarefa do enfrentamento estavam claros o suficiente para todas as autoridades alemãs assim como para o conjunto da cadeia de comando. Mesmo as linhas operativas no *front* cuja tarefa era a ocupação tinham claros os termos segundo os quais deveriam cumprir a sua missão e, por conseguinte, qual era o comportamento que se esperava sob quaisquer circunstâncias durante as atividades de extermínio (cf. BESSEL, 2014, p. 107) e, definitivamente, nenhuma delas hesitou em cumprir ainda mesmo as piores dentre as ordens. As ações foram previamente orientadas pela implementação da máxima hitlerista enunciada em seu *Mein Kampf*: “Quem, física ou espiritualmente, não é sadio ou digno, não deve perpetuar os seus defeitos através de seus filhos! Nisso consiste a maior tarefa educativa do Estado nacionalista” (HITLER, 2016, p. 307).²² O doutrinamento imposto pela educação nazi-fascista foi eficiente neste sentido, pautado não apenas pela exclusão, mas também pela eliminação dos excluídos, selecionados dentre os que não fossem física ou espiritualmente “sadios”. Os não eliminados coincidiriam com os ários, conformadores do conjunto de indivíduos aos quais seria reservada a educação germânica exclusiva para o *Volk*.

A prática do regime nacional-socialista articulou agressão e o extermínio, conjugando ambos através da manipulação ideológica. O incessante reforço do elemento espiritual-doutrinário operou como liga eficiente para a legitimação e ponto de ancoragem para a perpetração da barbárie, normalizada nos seus autores através da doutrinação nas escolas e esferas culturais integralmente controladas pelo nazi-fascismo. O apoio popular ao nacional-socialismo foi enraizado fortemente, a ponto de permitir-lhe aglutinar forças e meios para assumir para si nada menos que o “derecho de exterminar totalmente las razas que considera hostiles o degeneradas, o

²² No mesmo sentido Hitler (2016, p. 307) afirmava que “Educando o indivíduo, o Estado deve ensinar que não é uma vergonha, mas uma lamentável infelicidade, ser fraco ou doente, mas é um crime e também uma vergonha que se arrastem nessa infelicidade, por mero egoísmo, inocentes criaturas”.



de subyugar o utilizar a las personas o grupos que pudieran presentar resistencia en las diferentes naciones”. (Actas del juicio, 17 de enero..., 2007, p. 112-113).

Esta força liquidante foi acionada no início do conflito bélico, sobre o qual antecipava Kaplan (1999) em seu diário que tinha vasto potencial de trazer “destruição à civilização humana”, algo que não lhe causava qualquer particular bem-estar, senão o contrário, embora tivesse claro o suficiente que se tratava de uma “civilização que merece aniquilação e destruição” (ver KAPLAN, 1999). O processo de destruição de vidas pode não ter sido objeto de minucioso planejamento, mas já estava previsto em linhas gerais desde os primórdios do nacional-socialismo, cujas teses centrais Hitler explicitara em seu livro em diálogo com os princípios orientadores do NSDAP. O projeto belicista ainda tardaria até encontrar as condições de implementação através da disseminação do programa eugênico, casando a proibição da reprodução com a eliminação de vidas classificadas como indignas de ser vividas. Isto mobilizaria a atenção específica do III Reich durante aproximados seis séculos, nos quais ocorreria a perseguição e a eliminação dos “degenerados físicos e de doentes de espírito [que] não só libertaria a humanidade dessa imensa infelicidade como produziria uma situação de salubridade que, hoje, parece quase impossível”. (HITLER, 2016, p. 307).

O movimento de eliminação de indivíduos operou como interdição objetiva da multiplicidade de formas de vida no mundo. Isto traduz atentado não apenas à pluralidade e à tolerância, mas também choca com o superior conceito e objetivo ético libertário. O seu decisivo comprometimento ocorre tanto quando os indivíduos são ordinariamente expostos a altíssimo risco de vida, a ponto de promover o desafio diário da sobrevivência física (cf. ARENDT, 2018, p. 191), mas também quando, a exemplo da aplicação de legislações eugênicas, determinadas vidas são classificadas como indignas de ser vividas e, logo, incluídas no rol daquelas passíveis de extermínio.

Em meio a torvelinho Kaplan (1966, p. 201-202) foi capaz de observar o rumo dos eventos ao afirmar, não sem alguma dose de moderado otimismo, que “Não há dúvida de que o nazismo hitleriano será derrotado”, e a sua esperança residia no bastante incerto fortalecimento da visão política internacional em prol da defesa dos valores antifascistas. Para Kaplan (1966, p. 201-202) era possível manter horizonte de expectativas de que “no final as nações civilizadas se levantarão para defender a



liberdade que os bárbaros alemães buscam roubar da humanidade”, que mesmo mantendo valores apreciáveis como objetivo, tampouco os rumos históricos e as experiências de cada nação poderiam acender e manter a chama da esperança absolutamente viva. Mesmo quando os indivíduos sobrevivam a tempos em que a vida nada vale e ponham-se a (re)orientar o sentido do amanhã quando ainda estejam a transitar em meio às mais densas e intensas tempestades que seriamente ameaçam o estágio civilizacional, eis que nunca podem realmente conhecer, sequer aproximadamente, o preço a ser pago, individual ou coletivamente, para liberar-se da tempestade que não foi evitada a tempo. Kaplan não podia sabê-lo, mas a confiança na possibilidade de reversão do futuro a partir de circunstâncias tão adversas terá cumprido o seu papel.

Mesmo em meio ao caos imposto a todos pela potente tormenta, subjaz aos espíritos que, todavia, mantenham nível de conexão entre a subjetividade sua e o mundo real, a imperiosidade de, ainda que a duras penas, dedicar esforços para preservar a orientação objetiva no mundo empírico, embora os desafios constantes imponham sinceras e sucessivas dúvidas sobre a própria capacidade de resistir. Prenhe da ansiedade que se abate sobre as vidas ameaçadas, no calor dos fatos Kaplan (1966, p. 201-202) chamava a atenção para a sua perspectiva frente aos fatos: “duvido que viveremos essa carnificina. As bombas cheias de gás letal envenenarão todos os seres vivos, ou morreremos de fome porque não haverá meios de subsistência”.

No momento em que Kaplan escrevia, eram despejadas bombas às toneladas e vidas eram perdidas na casa de várias centenas de milhares,²³ enquanto eram assassinadas friamente outras tantas contadas na casa de milhões. Kaplan testemunhava os primeiros passos da colocação em prática do extermínio cujo objetivo era concretizar o projeto racial, que não teria sido possível sem contar com o suporte ideológico e político de milhões de apoiadores e outros muitos dispostos a executar as ordens, sobre os quais pairava rígido controle policial assim como articulado pelo adestramento político-cultural realizado com singular êxito pelos

²³ Quantos milhões de metros cúbicos de gases letais, quantas toneladas de bombas, quantos, afinal, serão engenhados para maximizar a capacidade humana de exterminar a vida em todas as latitudes da face da terra enquanto as suas vítimas mal percebem?



organismos criados por Hitler, transformando indivíduos em bestas dispostas a matar por mero capricho (cf. GOLDHAGEN, 1997, p. 447) sem sinal aparente de impacto externo ou abalo psicológico.

5. APROXIMAÇÃO FINAL

O nazi-fascismo reposicionou a violência em substituição à política na centralidade da vida pública e dos assuntos de Estado. A dialogicidade típica da esfera da política contradiz à violência como método do nazi-fascismo e deslocá-la foi tomado como parte central do projeto de poder. A esfera da política, *stricto sensu*, precisa ser protegida dos avanços de grupos glorificadores da violência como método de exercício do poder. O enfrentamento desta radicalização antipolítica inclui a oposição também radical visando construir linha de contenção eficiente sob a lógica do princípio arendtiano de que “El hombre [...] sólo existe – o se realiza – en la política, con los mismos derechos que los más diversos se garantizan” (ARENDDT, 2018, p. 132). A esfera política é de outra ordem, pois retomada em sentido arendtiano afirma a realização humana que é contraditória com a natureza do nazi-fascismo. Neste sentido a política precisa ser protegida da contradição interna expressa na liberdade de expressão que faculta a emergência de fenômeno atentatório à política, razão suficiente para impor limitações ao seu funcionamento.

Nos dias em que Hitler e os seus asseclas tomaram as rédeas do poder e executaram seu projeto genocida o homem ordinário poderia suspeitar de sua própria sanidade, assim como que insanos fossem aqueles que estivessem a ocupar as ruas e praças públicas para manifestar o seu apoio àquela alucinação coletiva. Eram indivíduos integrados a uma farsa, trágica comédia, cujos personagens centrais coordenavam a amargura e a frustração enquanto instrumento e dínamo para mover o fanatismo perpetrador da vingança em estado puro. A este respeito é certa afirmação de Klemperer (1999, p. 21) de que “Nunca tanta vergonha se concentrou sobre um povo europeu como agora sobre nós. Cada discurso do chanceler, dos ministros, dos comissários. E eles discursam diariamente”, reiteração hábil para manter o seu efeito hipnótico sobre a massa. daquelas vozes emanavam falsificações



à mão cheia, estratégia potente para o cumprimento de fins político-ideológicos que pressupunham a execução de ampla manipulação, a respeito do que Klemperer (1999, p. 21) fazia constar que “Tamanho amontoado de mentiras, as mais evidentes e grosseiras, hipocrisias, frases vazias, absurdos. E sempre as ameaças, o triunfo e as promessas vãs”, sendo esta a nota característica da consolidação do poder.

A volumosa coleção de vilipêndios operada no mundo tem efeitos de decomposição similares aos de bombas, cuja intensidade tem sobre a mente humana efeitos desorientadores, cenário de perturbação subjetiva aliado ao de devastação material apropriado para estabelecer nova ordem de poder, e historicamente exitosos foram os esforços para o controle do povo alemão. Vastíssimo controle que abarcou a tudo e a todos, sobre o que Klemperer (1999, p. 38) recordava: “Mas todo mundo literalmente todos morrem de medo. Não há mais segurança em nenhuma carta, nenhum telefonema, nenhuma palavra na rua. Cada um vê no outro um traidor ou um informante”.

Quando todo o cenário era cinzento e preocupante, sob a espessa névoa imposta pelo mais gélido dos invernos berlinenses e polacos, as nuvens de Sachsenhausen e Auschwitz eram adensadas pela fumaça dos crematórios, e então exclamava e perguntava-se Klemperer (1999, p. 35) desde a perplexidade, mas não paralisia do pensamento: “Não pode durar! [...] descontentamento, medo em toda parte. Em todos os cantos, apenas a pergunta: quem vai derrubá-los, o que virá em seguida?” O mal em versão radical torna rarefeito o ar, interdita a vida ao orientar todas as atenções para a perpetração da morte em massa, mas é preciso conter a tendência conducente da perplexidade à paralisia. À época a ruína do nazi-fascismo foi questão de tempo, e seu futuro foi extremamente encolhido, e a programação de mil anos foi reduzida a uma década e meia mesmo que, por intensa, pareceu realmente durar mil anos.

Mesmo quando tudo corresse tão mal, o período fosse de absoluta decadência, a queda do regime ocorresse a olhos vistos e o pó dos prédios fosse a comprovação objetiva do desastre, o descontentamento oculto estava mesclado com amplíssimo remanescente de apoiadores. Ainda quando as ruas se desmanchavam e gente derretia, havia, ainda, uma significativa parcela da população que continuava a



prestar apoio e indescritível fidelidade ao *Führer*,²⁴ do que é exemplo a narrativa que emerge da literatura de Klemperer (1999, p. 38): “Simplesmente não posso acreditar que o sentimento das massas realmente ainda esteja a favor de Hitler”. Indiscutivelmente notável a capacidade de Hitler de exercer controle e domínio sobre a população até os últimos momentos, mesmo quando o volume de pó no ar talvez superasse o de edifícios em pé.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O magnetismo citado por muitos dos colaboradores mais próximos ao *Führer* operou como fator essencial para o resultado de destruição e dilaceração da Alemanha e do ápice do mal que, posteriormente, seria reconfigurado e transformado para ser aplicado por ascendentes forças imperiais sob novos formatos. O nazi-fascismo foi altamente eficaz para organizar os meios para a perpetração do mal como política de Estado em sua versão mais radical. A continuada análise e exame da barbárie é tão indispensável quanto, conhecida a experiência, a construção de eficientes diques de contenção e, paralelamente, linhas de força para reverter tais quadros uma vez instalado o processo de nazi-fascistização.

A narrativa do mal apoia poderosamente a rememoração dos rancores e ódios que estimularam indivíduos através da propaganda para que movessem as engrenagens do mal. Tal retomada histórica sensibilizadora para as dimensões inauditas do mal é importante instrumento para dimensionar as catástrofes que pairam e ameaçam o humano e desobstruir as vias para efetiva resistência. É estratégia eficaz para deter as condições para a reparação histórica das forças alimentadoras do nazi-fascismo ou, quando já em curso, reverter o processo de sua instauração.

O recurso aos materiais da história, da literatura e da filosofia política elaborados sobre a barbárie é essencial para ativar a memória e colocar as condições

²⁴ Este movimento de apoio a Hitler era incessante desde os primeiros momentos do regime. Interessante livro informa sobre as diversas cartas de apoio assim como presentes de todo tipo, logo enviados a Hitler durante os seus anos no poder, até o ocaso do regime em 1945, com textos eivados de admiração e incontestado apoio, com declarações de absoluta confiança e irrestrita adesão (ver EBERLE, 2019).



de possibilidade para a resistência às versões do nazi-fascismo. Os testemunhos históricos ainda no calor dos fatos, as razões e motivações dos perpetradores da barbárie, a observação do mal inaudito, expõem o cenário de dor e sofrimento radicais contra o qual a resistência é imperativa, projetando aos nossos dias o elemento anímico para revivescer as vias de contenção do nazi-fascismo. Este artigo pretendeu colaborar para a rememoração da intensidade do mal pretérito, ínsito às práticas nazi-fascistas, para substancializar o ânimo para a resistência, tarefa de enfrentamento histórico intransferível de cada uma das gerações.

A literatura do Holocausto e a filosofia política inserem o mal em seu contexto histórico, e visitar o período é a via para reapropriar a experiência de irresignação com o extermínio. Estes são instrumentos valiosos para apoiar a construção de diques eficientes para conter o extermínio patrocinado pela ideologia da organização da morte nazi-fascista e suas novas formas históricas. É tarefa inviável sem manter viva a memória histórica capaz de disseminar o ânimo para a mobilização capaz de conter as forças históricas dispostas a perpetrá-lo, e para tal objetivo este artigo pretendeu colaborar.

REFERÊNCIAS

ACTAS DEL JUICIO, 2 de mayo de 1946: «Hitler nos engañó». La defensa de Schacht. In: OWEN, James. *Nuremberg: El mayor juicio de la historia*. Barcelona: Crítica, 2007. P. 242-244.

ACTAS DEL JUICIO, 17 de enero de 1946: Alegato inicial de François de Menthon sobre los crímenes contra la humanidad. In: OWEN, James. *Nuremberg: El mayor juicio de la historia*. Barcelona: Crítica, 2007. P. 112-114.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 254

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max.. Estudios sobre la personalidad autoritaria. In: ADORNO, Theodor W. *Escritos Sociológicos II*. Vol. 1. Tres Cantos, Madrid: Akal, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Los hombres y el terror y otros ensayos**. Barcelona: RBA, 2012.



ARENDDT, Hannah. **La promesa de la política**. Barcelona: Paidós, 2018.

BALDWIN, Peter. Social Interpretations of Nazism: Renewing a Tradition. **Journal of Contemporary History**. Vol. 25, No. 1, p. 5-37, Jan., 1990. Disponível em: https://www.history.ucla.edu/sites/default/files/u184/baldwin/social_interpretations_of_nazism.pdf. Acesso em: 12.maio.2020.

BENDERSKY, Joseph W. **A History of Nazi German**. 2 ed. Chicago: Burnham, 2000.

BESSEL, Richard. **Nazismo e guerra**. São Paulo: Objetiva, 2014.

DINER, Dan. **Beyond the Conceivable: Studies on Germany, Nazism, and the Holocaust (Weimar and Now: German Cultural Criticism)**. Berkeley, CA: University of California Press, 2006.

EBERLE, Henrik. (Org.). **Cartas para Hitler**. São Paulo: Planeta Brasil, 2010.

FRIEDLÄNDER, Saul. **Os anos de extermínio: 1939-1945. A Alemanha nazista e os judeus**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FROMM, Erich. **El miedo a la libertad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GOLDENSOHN, Daniel. **As entrevistas de Nuremberg**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os Carrascos Voluntários de Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 667 p.

HACKETT, David A. (Org.). **O relatório Buchenwald. O dia-a-dia em um campo de extermínio nos depoimentos dos sobreviventes**. São Paulo: Record, 1998. 542 p.

HARRIS, Whitney R. **Tyranny on Trial**. Dallas: Southern Methodist University Press, 1999.

HITLER, Adolf. “No renunciamos ni a un solo alemán”. (De um comentário ao programa do NSDAP). In: HOFER, Walther. **El nazismo: 1933-1945**. 2ª ed. México: Editorial Diana, S.A., 1966.

HOFER, Walther. “Espada afilada y lucha sangrienta”. In: HOFER, Walther. **El nazismo: 1933-1945**. 2ª ed. México: Editorial Diana, S.A., 1966.

HOFER, Walther. Conferencia de 25.05.1939. In: HOFER, Walther. **El nazismo: 1933-1945**. 2ª ed. México: Editorial Diana, S.A., 1966.

HOFER, Walther. **Minha luta**. São Paulo: Centauro, 2016.

HOFER, Walther. **El nazismo: 1933-1945**. 2ª ed. México: Editorial Diana, S.A., 1966.



HORKHEIMER, Max. **Crítica de la razón instrumental**. Buenos Aires: Sur, 1973.

KAPLAN, Chaim Aron. **Scroll of Agony**: The Warsaw Diary of Chaim A. Kaplan. Bloomington: Indiana University Press, 1999. 416 p.

KAPLAN, Chaim Aron. **Warsaw Diaries. March 10, 1940**. Extracted from C.A. Kaplan, *Megilat Yissurin – Yoman Getto Varsha* ("Scroll of Agony – Warsaw Ghetto Diary"), *September 1, 1939 – August 4, 1942*, Tel Aviv-Jerusalem, 1966, pp. 201-202, 350. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/warsaw-ghetto-diary-of-chaim-a-kaplan> Acesso em: 1.jun.2020.

KLEMPERER, Victor. **Os diários de Victor Klemperer**. Testemunho de um judeu clandestino na Alemanha nazista. São Paulo: Objetiva, 1999.

KLEMPERER, Victor. **A linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KORCZAK, Janusz. **Diário do gueto**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LANG, Jochen von; SIBYLL, Claus. (Ed.). **Eichmann interrogated**. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1983.

MAZOWER, Mark. **O império de Hitler**. A Europa sob o domínio nazista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAZOWER, Mark. **La Europa negra**. 2ª ed. Valencia: Barlin Libros, 2019.

OVERY, Richard. **Interrogatorios**. El Tercer Reich en el banquillo. Barcelona: Tusquets, 2003.

RAUSCHNING, Hermann. **The Voice of Destruction**. Gretna: Pelican Publishing Company, 2003.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RICHARD, Lionel. **Nazismo y literatura**. Buenos Aires: Granica Editor (El Juguete Rabioso), 1972.

ROSENBERG, Alfred. **Diários: 1934-1944**. MATTHÄUS, Jürgen; BAJOHR, Frank. (Eds.). Barcelona: Crítica, 2015.

ROUDINESCO, Élisabeth. **A vueltas con la cuestión judía**. Barcelona: Anagrama, 2011.

SHIRER, William. **The Rise and Fall of the Third Reich**. A History of Nazi German. New York: Touchstone, 1990.



TODOROV, Tzvetan. **Diante do extremo**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

TROTSKY, Leon. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literaria, 2019.

ZUPPI, Alberto L. **Los otros juicios de Nuremberg**. Vol. 2. New York: Red Penguin Books, 2019.

